

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CURRICULARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-305>

Data de submissão: 30/03/2025

Data de publicação: 30/04/2025

Alfredo Balduíno Santos

Graduação mais alta e área: Doutor em Ciências da Educação
Instituição atual: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1333-585X>
E-mail: alfredo.balduino@udesc.br
Endereço: Florianópolis – Santa Catarina - Brasil

Cléia Demétrio Pereira

Graduação mais alta e área: Doutora em Ciências da Educação
Instituição atual: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2056-333X>
E-mail: cleia.demetrio@gmail.com
Endereço: Florianópolis – Santa Catarina - Brasil

Vera Márcia Marques Santos

Graduação mais alta e área: Doutora em Educação
Instituição atual: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5230-7678>
E-mail: vera.santos@udesc.br
Endereço: Florianópolis – Santa Catarina - Brasil

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa do tipo estado da arte sobre a extensão universitária, com foco na curricularização e flexibilização curricular, no contexto da educação superior brasileira. A partir da análise dos trabalhos acadêmicos selecionados, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado, produzidos entre 2007 e 2018, a pesquisa buscou compreender como a extensão universitária tem sido conceituada e implementada nos currículos dos cursos de graduação. Fundamentada em revisão bibliográfica sistemática e orientada por autores como Freire, Sousa Santos e Oliveira & Ferreira, a pesquisa evidencia uma produção crescente e marcada por abordagens críticas, que reconhecem a extensão como espaço formativo e político. Os resultados apontam tanto avanços significativos quanto desafios, como a fragmentação curricular, a ausência de políticas institucionais consistentes e a necessidade de ampliar o debate em áreas pouco representadas. Conclui-se que a curricularização da extensão representa uma oportunidade para ressignificar o papel da universidade, desde que pautada em princípios de justiça social, diálogo de saberes e compromisso com a transformação da realidade.

Palavras-chave: Extensão universitária. Curricularização. Flexibilização curricular. Formação cidadã. Educação superior.

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária tem adquirido papel de destaque na educação superior brasileira, especialmente a partir da obrigatoriedade de sua curricularização prevista no Plano Nacional de Educação (PNE). Diante disso, torna-se relevante compreender como a produção científica vem abordando os desdobramentos da extensão no currículo das Instituições de Ensino Superior (IES).

Nas últimas décadas, a extensão universitária passou a ocupar lugar de destaque nas políticas públicas de educação superior no Brasil, especialmente com a inclusão de metas voltadas à sua curricularização no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). A Meta 12.7, ao estabelecer que no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação deve ser destinada a atividades de extensão, impõe às IES o desafio de integrar a extensão aos currículos de forma orgânica, reconhecendo-a como dimensão formativa essencial e indissociável do ensino e da pesquisa.

No entanto, mesmo com os avanços normativos, persistem lacunas teóricas, políticas e pedagógicas sobre como se dá, na prática, a inserção da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. A diversidade de concepções, formatos e experiências de extensão no contexto brasileiro mostra uma multiplicidade de sentidos atribuídos a essa dimensão, que ora é vista como ação social isolada, ora como eixo estruturante da formação acadêmica. Essa ambivalência coloca em evidência uma problemática central: de que forma a extensão universitária tem sido compreendida e implementada nas IES brasileiras no contexto da sua curricularização e da flexibilização curricular?

Diante desse cenário, o presente artigo tem por objetivo analisar o estado da arte sobre a extensão universitária, com ênfase na curricularização e na flexibilização curricular, a partir de uma revisão sistemática da produção acadêmica entre os anos de 2007 e 2018. Parte-se do pressuposto de que compreender o que já foi produzido sobre o tema em diferentes contextos institucionais, teóricos e metodológicos pode contribuir para o fortalecimento de uma concepção crítica da extensão, ancorada na justiça social, na inclusão e na transformação da realidade.

A pesquisa adotou como metodologia a abordagem do estado do conhecimento ou estado da arte, com base em revisão de literatura de caráter bibliográfico, conforme propõem autores como Silva e Menezes (2001), Oliveira e Ferreira (2014) e Noronha e Ferreira (2000). A investigação concentrou-se em teses de doutorado e dissertações de mestrado disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), produzidos ao longo de 12 anos. Os descritores utilizados nas buscas foram: extensão universitária, currículo, curricularização e flexibilização curricular.

Os principais achados expressam uma produção acadêmica crescente e cada vez mais comprometida com uma visão ampliada e crítica da extensão, orientada por princípios da pedagogia freireana, da interdisciplinaridade e do compromisso social. As experiências analisadas indicam que,

quando adequadamente estruturadas, as ações extensionistas são capazes de promover aprendizagens significativas, desenvolver competências socioemocionais e políticas nos estudantes, e aproximar a universidade das demandas sociais contemporâneas. Ao mesmo tempo, a análise evidencia desafios como a fragmentação curricular, a insuficiência de políticas institucionais de apoio, a ausência de critérios evidentes de avaliação e a sub-representação de áreas como ciências exatas e tecnológicas nos estudos sobre extensão.

A análise empreendida dialoga com autores como Freire (1987), Santos (2010), Schön (2000), Thiollent (2002), Resende (2008) e Oliveira e Ferreira (2014), e permite compreender a extensão universitária como espaço epistemológico, formativo e político além de uma ferramenta de inserção social, mas. Assim, compreende-se que a creditação da extensão se constitui como oportunidade para a reconstrução do projeto universitário brasileiro, a partir do diálogo entre saberes acadêmicos e populares, da valorização da diversidade e da promoção da justiça cognitiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, a extensão universitária configura-se como dimensão essencial da educação superior brasileira, estabelecendo, em articulação intrínseca e indissociável com o ensino e a pesquisa, a base formativa que sustenta a produção e a socialização do conhecimento nas instituições de ensino superior. Ao articular-se de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, emerge como componente estruturante da formação integral dos estudantes, conforme preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Brasil, 2018). Essa dimensão acadêmica ultrapassa a mera transmissão de saberes, devendo promover uma práxis que integra teoria e prática, fortalecendo o compromisso social da educação superior e a construção de sujeitos críticos e engajados com as demandas da sociedade. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) reafirmam esse princípio ao destacar a indissociabilidade entre essas três dimensões, o que confere à extensão universitária um papel formativo, político e social. No entanto, sua efetiva inserção nos currículos das IES ainda enfrenta desafios epistemológicos, políticos e estruturais.

A proposta de creditação da extensão universitária, reafirmada pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), especificamente na Meta 12.7, estabelece que ao menos 10% da carga horária dos cursos de graduação seja destinada a atividades de extensão vinculadas à formação acadêmica (Brasil, 2015). Essa exigência imprime à extensão um novo estatuto curricular, deslocando-a de uma posição periférica ou extracurricular para uma função central e formadora. Tal mudança tem exigido das universidades a reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), a reconfiguração

dos papéis docentes e discentes e a adoção de uma concepção de currículo mais flexível, integrado e comprometido com a realidade social.

Segundo Oliveira e Ferreira (2014), a revisão de literatura como método científico contribui para a construção de uma base sólida de conhecimento sobre o tema em análise, permitindo identificar avanços, lacunas e contradições presentes nas produções acadêmicas. No caso da extensão universitária, essa revisão crítica possibilita compreender as diversas concepções que informam as práticas extensionistas e seus impactos na formação discente. Para os autores, a revisão não se restringe à acumulação de dados, mas deve promover uma análise que articule os referenciais teóricos às experiências concretas, revelando tendências e transformações no campo investigado.

A literatura analisada evidencia uma diversidade de abordagens e concepções sobre a extensão universitária. Em algumas produções, predomina uma visão tecnicista e assistencialista da extensão, que reduz sua função a ações pontuais de prestação de serviços à comunidade. Em outras, observa-se uma concepção crítica e emancipatória, ancorada na pedagogia freireana e na educação popular, que comprehende a extensão como um espaço de diálogo de saberes, construção coletiva do conhecimento e transformação social. Nesse sentido, Paulo Freire constitui um marco teórico fundamental para pensar a extensão enquanto prática educativa libertadora, pautada na problematização da realidade e na participação ativa dos sujeitos históricos envolvidos.

Na perspectiva freireana, a universidade deve assumir sua função social como promotora de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, a equidade e os direitos humanos (Freire, 1987). A extensão, nesse escopo, é um campo de produção de saberes e de transformação mútua entre universidade e sociedade. A prática extensionista, segundo essa lógica, deve ser dialógica, crítica, solidária e participativa, possibilitando que estudantes e professores aprendam com a comunidade, e não apenas sobre ela. Essa concepção aparece reiteradamente nas pesquisas analisadas, especialmente aquelas que tratam da curricularização da extensão por meio das Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) ou das Atividades Curriculares em Comunidade (ACCs) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Santos (2010) amplia essa reflexão ao propor a “ecologia de saberes” como horizonte epistemológico para a universidade contemporânea. Para o autor, a universidade do século XXI deve superar o monopólio do saber científico e incorporar outros modos de conhecimento, como os saberes populares, indígenas, quilombolas, tradicionais, religiosos e artísticos. A extensão universitária, nesse contexto, torna-se o espaço privilegiado para essa troca epistemológica, promovendo uma convivência ativa de saberes que alimenta a justiça cognitiva e o reconhecimento da diversidade. Ao se articular

com os movimentos sociais, comunidades locais e coletivos diversos, a universidade amplia sua função pública e se posiciona como espaço de escuta, acolhimento e transformação.

A noção de “justiça cognitiva”, proposta por Santos (2010), complementa o argumento de que o conhecimento acadêmico não deve ser hierarquicamente superior aos demais saberes, mas sim dialogar com eles em condições de horizontalidade. Esse princípio tem implicações diretas sobre os currículos universitários, que precisam abrir-se à diversidade epistemológica e cultural, descolonizando suas práticas e conteúdos. A creditação da extensão, se orientada por essa perspectiva, pode contribuir para a construção de um currículo mais plural, democrático e inclusivo, sensível às demandas dos sujeitos historicamente marginalizados.

Outro conceito-chave neste referencial teórico é o de flexibilização curricular. Este se refere à capacidade de o currículo universitário adaptar-se às especificidades dos contextos, das comunidades e dos sujeitos envolvidos no processo formativo. A flexibilização se opõe aos modelos curriculares rígidos, conteudistas e homogeneizantes, ao passo que propõe a valorização da experiência, da interdisciplinaridade, da articulação teoria-prática e da autonomia discente. Para Resende (2008), um currículo flexível deve ser capaz de integrar questões de gênero, sexualidade, raça, religiosidade, territorialidade, entre outras, tornando-se espaço de disputas, de resistência e de transformação social. É neste sentido que a extensão universitária pode atuar como motor de inovação pedagógica, ao incorporar temáticas socialmente relevantes e metodologias ativas, colaborativas e contextuais.

A flexibilização curricular está também intimamente ligada à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um princípio constitucional e ético-político da universidade brasileira, que busca romper com a fragmentação das atividades acadêmicas e promover uma formação integral, crítica e situada. Essa concepção de indissociabilidade implica em reconhecer a extensão universitária como um componente estruturante do currículo, não como apêndice ou atividade complementar, mas como campo legítimo de saber e de aprendizagem. Os estudos analisados na revisão de literatura indicam que a integração efetiva entre as três dimensões do tripé universitário ainda é um desafio para muitas instituições, seja por barreiras burocráticas, por resistências institucionais ou por desconhecimento da natureza formativa da extensão.

Thiollent (2002) contribui para esta discussão ao destacar o papel da extensão na promoção de práticas educativas emancipadoras. Para o autor, a extensão deve ser concebida como espaço de ação-reflexão-ação, no qual os envolvidos constroem conhecimento a partir da realidade concreta e em diálogo com os diferentes sujeitos sociais. Essa abordagem exige o rompimento com o modelo de transmissão unidirecional do saber e a valorização da experiência comunitária como fonte legítima de

conhecimento. A prática extensionista, nesse modelo, é necessariamente participativa, crítica e comprometida com a transformação social.

Schön (2000) insere essa ideia ao propor a noção de “profissional reflexivo”. Para ele, a formação universitária deve estimular nos estudantes a capacidade de refletir na e sobre a prática, de modo a promover aprendizagens significativas e contextualizadas. A extensão universitária, nesse sentido, configura-se como um campo privilegiado para o exercício da reflexão crítica, na medida em que coloca os estudantes diante de situações reais, complexas e desafiadoras, que exigem tomada de decisão, empatia, escuta ativa e responsabilidade social.

A extensão universitária, entendida como prática pedagógica dialógica, democrática e formadora, deve contribuir para o desenvolvimento de competências éticas, sociais, políticas e comunicativas dos estudantes. Deve também fomentar a consciência crítica, o engajamento comunitário e a capacidade de atuar em contextos diversos e adversos. Para tanto, é necessário que as ações de extensão sejam planejadas com intencionalidade, acompanhadas e avaliadas a partir de critérios pedagógicos e não meramente administrativos ou quantitativos. O desafio da avaliação da extensão, conforme demonstrado em algumas das teses analisadas, passa pela construção de instrumentos que considerem os impactos formativos, sociais e epistemológicos das atividades extensionistas, e não apenas sua abrangência numérica.

Nesse contexto, o conceito de “formação cidadã” emerge como dimensão central da curricularização da extensão. A universidade deve formar sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a transformação da realidade. A extensão, ao promover o contato com diferentes realidades e saberes, contribui para a construção dessa cidadania ativa e comprometida com a justiça social. A formação cidadã, portanto, não se restringe ao domínio técnico-científico, mas abrange dimensões éticas, políticas, culturais e afetivas da experiência humana.

Nessa direção, cabe destacar que a implementação da curricularização da extensão nas IES brasileiras deve ser acompanhada de políticas institucionais que garantam recursos, formação docente, valorização das práticas extensionistas e reconhecimento acadêmico das produções oriundas da extensão. Sem essas condições estruturais e simbólicas, há o risco de que a creditação da extensão se reduza a uma exigência burocrática ou a uma mera transposição de conteúdos curriculares, esvaziando seu potencial transformador.

Assim, o quadro conceitual que fundamenta este estudo articula os seguintes eixos: extensão universitária como prática educativa crítica; curricularização da extensão como política formativa e transformadora; flexibilização curricular como estratégia de valorização da diversidade e da interdisciplinaridade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como princípio organizador da vida

acadêmica; e ecologia de saberes como horizonte epistemológico e político da universidade pública contemporânea. Esses conceitos, em sua interdependência, delineiam uma compreensão ampliada e emancipatória da extensão universitária, capaz de contribuir para a construção de uma universidade mais justa, inclusiva e comprometida com os direitos humanos e com o bem comum.

3 METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa do tipo estado da arte, também conhecida como estado do conhecimento. Constitui-se em uma modalidade de revisão de literatura, cujo objetivo central, busca mapear, organizar e analisar criticamente a produção acadêmica existente sobre determinado tema, em um recorte temporal e temático previamente definido (Silva e Menezes, 2001). Essa abordagem tem ganhado crescente reconhecimento no campo científico brasileiro desde o final do século XX, sendo especialmente utilizada na área da educação e nas ciências humanas como forma de compreender a evolução de determinados campos do saber, suas lacunas e tensões, bem como identificar autores, instituições, tendências teóricas e abordagens metodológicas predominantes.

O estado da arte permite traçar um panorama sobre “quem já escreveu e o que já foi escrito” sobre um tema ou problema de pesquisa (Silva e Menezes, 2001, p. 37). Essa forma de sistematização e análise do conhecimento existente é particularmente útil em estudos que se propõem a aprofundar a compreensão de objetos complexos, como é o caso da extensão universitária e sua integração curricular, cuja abordagem demanda uma leitura plural, transversal e crítica das diferentes práticas e concepções em disputa.

A fim de garantir consistência do processo investigativo, esta pesquisa seguiu quatro etapas metodológicas fundamentais: (1) a definição das palavras-chave e descritores; (2) a delimitação do recorte temporal e das bases de dados utilizadas; (3) a seleção e organização das produções acadêmicas; e (4) a análise crítica e interpretativa do material coletado. Em cada uma dessas etapas foram mobilizados critérios específicos para assegurar a validade, a fidedignidade e a relevância dos dados obtidos.

Na primeira etapa, a seleção dos descritores foi orientada pelas categorias centrais do objeto de estudo: *extensão universitária, curricularização, flexibilização curricular e currículo*. Esses termos foram utilizados como palavras-chave nas buscas realizadas nas bases digitais de dados científicos, especialmente na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por se tratar de um repositório nacional que reúne produções stricto sensu (dissertações de mestrado e teses de doutorado) defendidas em programas de pós-graduação de diversas instituições de ensino superior brasileiras. A escolha dos descritores buscou contemplar tanto aspectos conceituais quanto operacionais das práticas

extensionistas, permitindo o mapeamento de estudos que abordam a extensão sob diferentes enfoques a saber: teórico, político, pedagógico, institucional e epistemológico.

A segunda etapa corresponde à definição do recorte temporal da análise, compreendido entre os anos de 2007 e 2018. A escolha desse intervalo de doze anos justifica-se por sua relevância em termos de marcos legais e políticos no cenário da educação superior brasileira, especialmente a partir da promulgação do Plano Nacional de Educação de 2001 e, posteriormente, das diretrizes e metas reafirmadas no PNE de 2014, que institucionalizaram a obrigatoriedade da creditação de 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão. Este período abrange também transformações significativas nos modelos curriculares das universidades, impulsionados por políticas de expansão, democratização e reestruturação da educação superior, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹ e os debates sobre reforma universitária. Desse modo, o recorte permite analisar tanto o contexto de implementação quanto os desdobramentos acadêmicos e formativos da curricularização da extensão no Brasil.

Na terceira etapa metodológica, procedeu-se à identificação, coleta e organização do corpus documental. A busca sistemática nas bases resultou na seleção de 77 produções acadêmicas, sendo 26 teses de doutorado e 51 dissertações de mestrado, conforme a Tabela 1. Os trabalhos foram organizados por ano de defesa e tipo de produção, permitindo a construção de uma linha do tempo e a identificação de tendências, recorrências temáticas e marcos discursivos relevantes. Optou-se por priorizar as teses e dissertações em detrimento de artigos científicos, por se tratar de estudos mais aprofundados, consistentes e contextualizados, que oferecem maior densidade analítica e abrangência no tratamento do objeto investigado. Essa escolha também se alinha à concepção de estado da arte, que visa mapear e interpretar a produção sistemática e acumulada do conhecimento em determinada área.

A quarta e última etapa corresponde à análise crítica e interpretativa do material coletado. Esta análise foi orientada pelos pressupostos da abordagem qualitativa, sendo guiada por categorias temáticas emergentes ao longo da leitura dos textos. A partir de uma leitura ativa e problematizadora, buscou-se identificar as principais concepções de extensão universitária presentes nos trabalhos, os modos de sua articulação com os currículos dos cursos de graduação, os desafios enfrentados na implementação da curricularização e da flexibilização curricular, bem como as experiências e práticas pedagógicas que se destacaram como inovadoras e transformadoras. A análise também procurou identificar os referenciais teóricos mais recorrentes, destacando a centralidade de autores que fundamentam uma compreensão crítica e emancipatória da extensão.

¹ Instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI tinha como objetivo aumentar o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior, além de promover a inovação e a adequação acadêmica.

No processo de leitura e análise, foram considerados aspectos como: os objetivos e problematizações dos trabalhos, as metodologias utilizadas, as conclusões apresentadas e as contribuições para o campo da formação superior. Também foi dado destaque às produções que abordam a extensão sob o viés da interdisciplinaridade, da justiça social, da educação popular, da relação com os movimentos sociais e da valorização da diversidade cultural. A categorização temática permitiu evidenciar as principais tendências e lacunas da literatura, bem como os desafios enfrentados pelas IES na consolidação da extensão como prática formativa curricular.

Vale salientar que a metodologia adotada não teve a pretensão exaurir toda a produção acadêmica sobre o tema, mas, construir um panorama representativo, consistente e significativo da produção disponível no período analisado. Como bem observam Oliveira e Ferreira (2014), a revisão de literatura não precisa ser exaustiva, mas, ser suficientemente ampla e crítica para possibilitar a construção de um referencial sólido e articulado com os objetivos da pesquisa que se pretende alcançar.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa do tipo estado da arte permitiu mapear e sistematizar um conjunto expressivo de 77 produções acadêmicas, sendo 26 teses de doutoramento e 51 dissertações de mestrado, que abordam de maneira direta ou indireta a temática da extensão universitária, sua curricularização e a flexibilização curricular.

O recorte temporal estabelecido, compreendido entre os anos de 2007 e 2018, possibilitou a identificação de tendências e transformações relevantes no modo como a extensão tem sido concebida e implementada nas IES brasileiras, especialmente diante das exigências legais instituídas pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). A Tabela 1 apresenta a síntese quantitativa do estado do conhecimento no período analisado.

Tabela 1: Síntese do estado do conhecimento, no período de 2007 a 2018

PERÍODO	Tese de Doutorado	Dissertação de Mestrado	TOTAL
2007 a 2012	10	21	31
2013 a 2018	16	30	46
TOTAL	26	51	77

Fonte: Autoria própria, 2019.

A partir da análise quantitativa, observa-se um crescimento expressivo da produção acadêmica sobre o tema. Entre 2007 e 2012, foram identificadas 31 produções, número que quase duplicou no período subsequente (2013 a 2018), totalizando 46 trabalhos. Esse crescimento pode ser compreendido

como reflexo do fortalecimento da pauta da extensão no cenário educacional, impulsionado por marcos legais como a Meta 12.7 do PNE, que tornou obrigatória a incorporação da extensão nos currículos de graduação, além do amadurecimento institucional de diversas universidades públicas.

No plano qualitativo, os trabalhos foram agrupados em quatro grandes eixos temáticos: (1) concepções teórico-metodológicas da extensão universitária; (2) articulação entre extensão, ensino e pesquisa; (3) processos de curricularização e flexibilização curricular; e (4) impactos formativos e sociais das ações extensionistas. Essa categorização permitiu identificar convergências analíticas e teóricas, bem como lacunas ainda presentes na produção acadêmica, conforme indicado no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese dos achados da pesquisa e fundamentos teóricos de análise

Eixo Temático	Achados da Pesquisa
1. Concepções de Extensão Universitária	Convivem concepções assistencialistas (ações pontuais) com concepções críticas (ação dialógica e transformadora). A maioria das produções valoriza a extensão como prática pedagógica e social, de aproximação entre universidade e sociedade.
2. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	A integração entre as três dimensões ainda é parcial nas IES. Barreiras estruturais, curriculares e culturais dificultam a articulação efetiva. Projetos como ACIEPEs e ACCs são exemplos de avanços institucionais concretos.
3. Curricularização e Flexibilização Curricular	A maioria das IES está em processo de adaptação às diretrizes legais (PNE, 2014). A flexibilização aparece como meio para integrar saberes e respeitar contextos locais. Algumas instituições ainda não possuem parâmetros claros para avaliação das ações extensionistas.
4. Impactos Formativos e Sociais das Ações Extensionistas	Os projetos de extensão promovem desenvolvimento de competências como empatia, cidadania, trabalho coletivo e pensamento crítico. Estudantes relatam ampliação da formação humana. A extensão é percebida como via de transformação social e aproximação com comunidades vulneráveis.

Fonte: Fonte: Autoria própria, 2019.

No eixo 1, as concepções de extensão identificadas variam entre abordagens assistencialistas, as quais reduzem a extensão à prestação de serviços, e práticas críticas, ancoradas na pedagogia freireana. A maioria dos trabalhos adota uma perspectiva dialógica e emancipatória da extensão, entendendo-a como campo formativo e político. Conforme Freire (1987), a educação deve ser um ato de libertação, mediado pelo diálogo, pela escuta ativa e pela problematização da realidade. Nessa lógica, a extensão universitária torna-se espaço de construção compartilhada de saberes e de superação da dicotomia entre conhecimento acadêmico e saberes populares, aproximando universidade e sociedade de maneira horizontal.

O eixo 2 enfatiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio constitucional que, na prática, ainda enfrenta barreiras institucionais, culturais e pedagógicas. Mesmo sendo um princípio previsto na Constituição Federal de 1988 e na LDB (Lei nº 9.394/96), os estudos revelam que essa articulação ainda enfrenta entraves práticos e epistemológicos. A fragmentação curricular e as estruturas acadêmicas hierarquizadas dificultam a integração entre essas dimensões. Por

outro lado, experiências exitosas, como ACIEPEs, desenvolvidas na UFSCar, e as ACCs, da UFBA, evidenciam a potência pedagógica de propostas que conectam teoria, prática e compromisso social. Schön (2000) reforça essa concepção ao defender uma formação reflexiva, em que os sujeitos aprendem na ação situada, interagindo com contextos reais.

O eixo 3 aborda especificamente os processos de curricularização e flexibilização curricular, identificando avanços e obstáculos. A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), realizada em diversas dissertações, demonstra que muitas instituições ainda estão em fase de adaptação às novas exigências legais, com dificuldades em redefinir carga horária, metodologias de avaliação e formas de registro das atividades de extensão. Em contrapartida, alguns trabalhos destacam que a flexibilização curricular (Resende, 2008), quando bem orientada, possibilita a valorização de saberes locais, práticas interdisciplinares e trajetórias formativas personalizadas, promovendo uma formação mais integral e humanizadora (Freire, 1987).

O eixo 4 aborda os impactos formativos e sociais das ações extensionistas, os quais foram fortemente destacados nas dissertações e teses analisadas. Os estudantes relatam o desenvolvimento de competências socioemocionais e políticas, como empatia, trabalho em equipe, responsabilidade social e pensamento crítico. Thiolent (2002) argumenta que práticas como a extensão promovem a emancipação dos sujeitos envolvidos, pois criam oportunidades de atuação transformadora sobre a realidade. Os trabalhos analisados também evidenciam que a extensão tem potencial para democratizar o acesso ao conhecimento e fomentar vínculos duradouros entre universidade e comunidades historicamente excluídas.

A partir desses eixos, é possível destacar algumas tendências presentes na literatura. A primeira diz respeito à centralidade da pedagogia freireana como base teórica das práticas extensionistas. A segunda, à valorização da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade como estratégias formativas. A terceira, à crescente preocupação com a avaliação das ações de extensão, não apenas em termos quantitativos, mas qualitativos, considerando os impactos formativos, sociais e institucionais. E, por fim, destaca-se a extensão como campo de inovação pedagógica e curricular, capaz de tensionar e ressignificar práticas tradicionais no ensino superior.

A análise também visibilizou lacunas importantes, como a escassez de estudos que abordem a extensão em cursos das áreas de exatas e tecnológicas, o que sugere a necessidade de ampliar o debate para além das ciências humanas e sociais. Outra lacuna refere-se à ausência de abordagens interseccionais que considerem raça, gênero, sexualidade e deficiência como dimensões constitutivas da experiência extensionista. Há, ainda, uma limitada discussão sobre as condições materiais e

estruturais para a implementação da curricularização, como formação docente, financiamento e reconhecimento institucional.

De modo geral, os resultados evidenciam que a extensão universitária, quando pensada a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória, tem potencial para se consolidar como eixo estruturante do currículo, contribuindo para a formação de sujeitos éticos, comprometidos com os direitos humanos, a justiça social e a transformação da realidade, com pontua Freire (1987). Entretanto, essa consolidação requer mudanças curriculares associada a uma profunda transformação cultural nas universidades, capaz de romper com paradigmas tecnicistas e hierárquicos e assumir a diversidade, o diálogo e a participação como princípios fundantes do fazer acadêmico. É nesse sentido “[...] que precisamos, cada vez mais, ter outras dimensões associadas, em particular, à crítica, à reflexividade e à emancipação”, como destaca Thiollent (2002, p. 67), nas relações das práticas interativas.

Assim, ao longo da análise dos trabalhos selecionados, pôde-se perceber que a extensão universitária se encontra em um processo de fortalecimento teórico, político e pedagógico, impulsionado por uma crescente produção acadêmica que reconhece seu valor como espaço de aprendizagem, experimentação e compromisso social. A curricularização, nesse contexto, passa de uma imposição burocrática para se constituir em oportunidade histórica de repensar o papel da universidade e de construir currículos mais vivos, democráticos e conectados com as demandas do mundo contemporâneo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, fundamentado em uma revisão de literatura do tipo estado da arte, teve o objetivo de mapear, sistematizar e analisar criticamente a produção acadêmica sobre a extensão universitária no Brasil, com ênfase em sua curricularização e na flexibilização curricular. A análise dos trabalhos acadêmicos, entre teses e dissertações, produzidos entre 2007 e 2018, permitiu identificar tendências teóricas, desafios institucionais e experiências formativas que têm configurado esse campo de estudo na educação superior brasileira.

Os resultados apresentam um crescimento significativo da produção científica sobre o tema, o que evidencia o fortalecimento da extensão universitária como objeto de investigação. Esse movimento está diretamente relacionado às políticas públicas, especialmente ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), que estabelece a obrigatoriedade da inserção de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão. Tal diretriz tem impulsionado as IES a reconfigurarem seus currículos, buscando integrar ensino, pesquisa e extensão de forma mais orgânica e articulada.

As análises possibilitaram a identificação de quatro grandes eixos que estruturam o debate contemporâneo sobre a extensão, a saber: as concepções teórico-metodológicas da extensão universitária; a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; os processos de curricularização e flexibilização curricular; e os impactos formativos e sociais das ações extensionistas. Embora ainda coexistam práticas assistencialistas, marcadas pela visão da extensão universitária como simples prestação de serviços, a maioria das produções analisadas adota uma abordagem crítica, dialógica e transformadora, influenciada pelos pressupostos da pedagogia freireana e por concepções emancipadoras da universidade.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mesmo sendo um princípio constitucional, ainda encontra dificuldades práticas para se efetivar, sobretudo em contextos marcados pela fragmentação curricular. A flexibilização curricular, nesse cenário, emerge como um dispositivo estratégico para a incorporação da extensão nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), favorecendo o reconhecimento da diversidade, a valorização dos saberes locais e a construção de itinerários formativos mais integradores e significativos.

Os estudos também destacam o potencial formativo da extensão universitária, que ao ser integrada ao currículo de forma estruturada, contribui para o desenvolvimento de competências éticas, sociais e políticas, tais como empatia, responsabilidade social, escuta ativa, trabalho colaborativo e consciência crítica. A extensão se configura, portanto, como um espaço privilegiado de formação cidadã e de exercício da autonomia intelectual e política dos estudantes.

No entanto, foram também identificadas lacunas importantes. Há escassez de pesquisas voltadas à extensão em cursos das áreas de ciências exatas e tecnológicas, o que indica a necessidade de ampliar o debate para além das ciências humanas e sociais. Observa-se também a pouca presença de abordagens interseccionais que contemplam, de maneira articulada, questões de raça, gênero, deficiência e sexualidade, o que limita uma compreensão mais abrangente e inclusiva das práticas extensionistas.

Conforme argumenta Santos (2010), uma universidade comprometida com a emancipação social precisa promover uma ecologia de saberes, que valorize os conhecimentos produzidos por comunidades tradicionais, movimentos sociais e territórios historicamente marginalizados. A curricularização da extensão, nesse sentido, representa uma oportunidade histórica para ressignificar o papel da universidade, tornando-a mais aberta, plural e socialmente referenciada. Para isso, é fundamental que a extensão não seja reduzida a um imperativo burocrático, mas compreendida como dimensão formativa essencial à missão pública da universidade.

Reafirma-se, portanto, que a consolidação da curricularização da extensão exige ajustes normativos, e, sobretudo, uma mudança cultural e epistemológica profunda nas instituições de ensino superior. Essa mudança requer o reposicionamento da universidade como espaço dialógico, comprometido com a justiça cognitiva, com os direitos humanos e com a transformação da realidade social.

Espera-se que os achados apresentados neste artigo possam subsidiar docentes, gestores, pesquisadores e estudantes na construção de currículos mais vivos, democráticos e comprometidos com as realidades dos sujeitos, contribuindo para uma formação universitária efetivamente crítica, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitucional.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União: seção 1, p. 8, 25 abr. 2007.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014–2024: Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série Legislação, n. 193).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regula a sua implementação nos cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância. Diário Oficial da União: seção 1, p. 49, 19 dez. 2018.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NORONHA, A. P. P.; FERREIRA, P. S. Estado do conhecimento: um instrumento de análise das produções científicas em educação. Revista Brasileira de Educação, n. 15, 2000.

OLIVEIRA, E. R.; FERREIRA, P. Métodos de investigação: da interrogação à descoberta científica. Porto: Vida Económica, 2014.

RESENDE, A. C. Curricularização da extensão universitária: desafios e perspectivas. Brasília: Editora UnB, 2008.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, T. T.; MENEZES, P. H. Revisão de literatura: o estado do conhecimento. In: ANPED. Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2001.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. Revista Cronos, Natal, v. 3, n. 2, p. 65-71, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654/10730>. Acesso em: 02 ago. 2024.